



7 • Correio Braziliense — Brasília, quinta-feira, 3 de fevereiro de 2022

<b>Bolsas</b> Na quarta-feira <b>1,18%</b> São Paulo <b>0,63%</b> Nova York	<b>Pontuação B3</b> Ibovespa nos últimos dias <b>111.910</b> / <b>111.894</b> 28/1 31/1 01/2 02/2	<b>Salário mínimo</b> <b>R\$ 1.212</b>	<b>Dólar</b> Últimas cotações (em R\$) Na quarta-feira <b>R\$ 5,276</b> (+0,07%) 27/janeiro 5,424 28/janeiro 5,390 31/janeiro 5,305 1º/fevereiro 5,273	<b>Euro</b> Comercial, venda na quarta-feira <b>R\$ 5,967</b>	<b>Capital de giro</b> Na quarta-feira <b>6,76%</b>	<b>CDB</b> Prefixado 30 dias (ao ano) <b>10,63%</b>	<b>Inflação</b> IPCA do IBGE (em %) Agosto/2021 0,87 Setembro/2021 1,16 Outubro/2021 1,25 Novembro/2021 0,95 Dezembro/2021 0,73
--	--	---	--	---	---	---	---

## CONJUNTURA

# Juros vão a 10,75% e BC prevê nova alta

Copom diz que intensidade dos ajustes será menor daqui por diante. Desde 2017, não se via a Selic na casa de dois dígitos

» ROSANA HESSEL

Em decisão unânime, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) elevou a taxa básica de juros (Selic) em 1,5 ponto percentual, como esperado pelo mercado. A taxa subiu de 9,25% para 10,75% ao ano, o maior patamar desde maio de 2017. Foi o oitavo aumento consecutivo na Selic. Com a alta, o Brasil passou a ter a maior taxa real de juros do mundo, segundo ranking de 40 países elaborado pela Infinity Asset Management.

Em comunicado, os diretores do BC sinalizaram que continuarão elevando a Selic, mas em intensidade menor. “O Comitê antevê como mais adequada, neste momento, a redução do ritmo de ajuste da taxa básica de juros. Essa sinalização reflete o estágio do ciclo de aperto, cujos efeitos cumulativos se manifestarão ao longo do horizonte relevante”, informou a nota. O texto demonstrou preocupação com a deterioração fiscal, apesar da melhora das contas públicas em 2021 e informou que os passos futuros da política monetária para assegurar a convergência da inflação para as metas “dependerão da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação para o horizonte relevante da política monetária”.

Para analistas, a redução do ritmo do aperto monetário foi a principal sinalização do Copom, mas não há consenso sobre quando o ciclo de alta terminará. As projeções para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) estão em 5,38% — acima do teto da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 5%. Analistas apostam que, na próxima reunião do Copom, em 15 e 16 de março, a Selic deverá subir mais 1 ponto percentual, para 11,75%. Esse patamar, no entanto, não deve fazer a inflação voltar para a meta e ainda ajudará a travar o crescimento da economia.

Para Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, o comunicado sinalizou o fim do ciclo em março, quando a Selic deverá ficar em 11,75%, podendo

recuar para 10,75% no fim do ano. “Mesmo com o Banco Central preocupado com o balanço de riscos e com as expectativas de inflação de 2022 acima do teto da meta, o Copom sinalizou que mudou o foco e começou a olhar para o comportamento do IPCA de 2023”, afirmou.

Já o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, prevê mais duas altas na Selic, com o ciclo terminando em maio. “O Copom mudou o tom e vai ser menos agressivo na política monetária e, provavelmente, deverá escalar o aumento dos juros em 1 ponto percentual, em março, e em 0,5 ponto na reunião seguinte, até a Selic chegar a 12,25%. Como há muitos riscos ao longo deste ano devido às eleições, dificilmente haverá espaço para o BC iniciar uma redução, porque a inflação continuará acima da meta”, avaliou. Ele prevê os juros nesse patamar até dezembro, quando o IPCA encerrará o ano em 5,8%. “E muitos riscos devem persistir em 2023, com o novo governo, pois a inflação continuará acima do centro da meta, de 3,25%, devendo encerrar o ano em 4%.”

Na avaliação de Marcos Ross, economista-chefe do banco chinês Haitong no Brasil, o comunicado do Copom foi vago e deixou espaço para muitas interpretações. “O destaque foi o anúncio da redução do ritmo de ajuste. No meu entendimento, isso vai deixar a porta aberta para muitas interpretações. Primeiro, porque não está claro se o BC vai desacelerar para um ritmo de alta de 1 ponto percentual ou de 0,75 ponto ou até mesmo menor. Segundo, porque não é possível prever até onde esse ciclo vai”, afirmou. Ross reforçou que “há muitos desafios na mesa”, como a inflação mais alta que o esperado e mais disseminada, e maior deterioração esperada nas contas públicas por conta da redução de impostos dos combustíveis. Ele adiantou que pretende elevar de 5,3% para 5,6%, a projeção do IPCA deste ano.

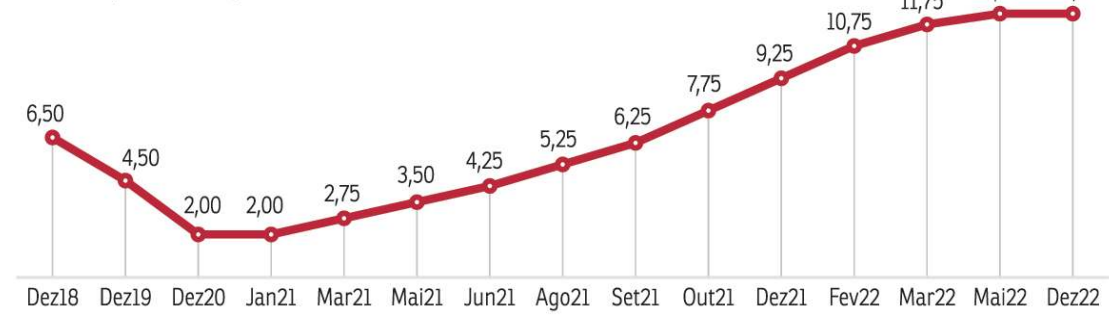
Economista-chefe da JF Gestora de Recursos, Eduardo Velho ressaltou que não será fácil para o BC conseguir trazer a inflação deste ano para dentro da meta.

## Escalada

Com inflação mais persistente em um cenário cheio de incertezas na economia e na política, Banco Central eleva a taxa básica de juros (Selic) em 1,5 ponto percentual

### Evolução dos juros

Taxa Selic (em % ao ano)



\*Previsão da MB Associados

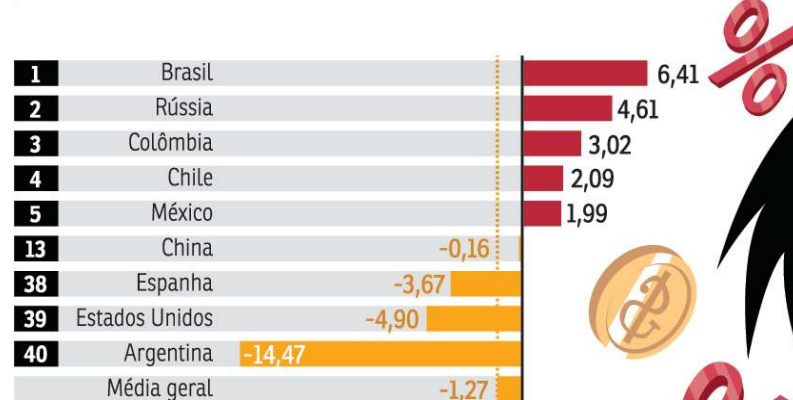
**5%** Teto da meta de inflação deste ano, abaixo das previsões do mercado, de 5,38%

**0,3%** Mediana das previsões do mercado para o crescimento do PIB de 2022, conforme o boletim Focus

**11,75%** Mediana das previsões do mercado para a taxa Selic em dezembro deste ano, conforme o boletim Focus

### Ranking global

Com a nova taxa Selic, o Brasil sobe para a liderança dos juros reais (descontada a inflação), em uma listagem de 40 países



\*Taxas de juros atuais descontadas a inflação projetada para os próximos 12 meses (ex-ante)

Fontes: Banco Central, MB Associados e Infinity Asset Management

“Pelos nossas estimativas, mesmo se a Selic for a 12%, o IPCA encerrará 2022 acima da meta, em 6,13%, e, por isso, será necessário uma taxa de juros muito maior para o BC conseguir ancorar as previsões do mercado em um cenário com eleições internas e altas de juros nos países

desenvolvidos”, disse.

O ex-diretor do Banco Central e economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas Gomes, reforçou que, para evitar um novo constrangimento de ter que redigir carta pública explicando o descumprimento da meta pelo segundo ano seguido, “é bem razoável, devido à pandemia, que o BC proponha uma mudança na meta atual”. “O BC vai continuar subindo a Selic, mas não pode deixá-la chegar a 12%, porque estará contratando uma recessão com os juros nesse patamar”, alertou.

batendo cabeça. Não há viabilidade de vir do Executivo porque vai esbarrar na legislação.” No Senado, tramitam várias propostas com o objetivo de conter a alta dos combustíveis. O principal deles, o projeto de Lei nº 1472/21 cria um mecanismo de estabilização dos preços. O texto já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o relator do projeto, senador Jean Paul Prates (PT-RN), por meio de uma conta compensatória o governo manteria a receita das refinarias atrelada às cotações internacionais do petróleo, mas permitir preços menores para o consumidor. (Colaborou Ingrid Guimarães)

## Corte de até 50% no IPI

» FERNANDA FERNANDES  
» FERNANDA STRICKLAND

O governo estuda reduzir de 10% a 50% o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). De acordo com o ministro da Economia, Paulo Guedes, a redução seria possível devido ao aumento na arrecadação federal registrado em 2021. Segundo a Receita Federal, somente com o IPI foram arrecadados R\$ 71 bilhões no ano passado, sendo R\$ 10 bilhões apenas com fumo e bebidas — que não teriam isenção do imposto caso o plano se concretize.

O corte seria diferente para cada tipo de produto. O governo não precisa de autorização do Congresso para reduzir o IPI, basta um decreto presidencial, o que pode agilizar o processo. O Ministério da Economia afirma que a medida poderá baratear produtos como geladeiras, fogões e máquinas de lavar, estimulando a produção da indústria. Outro efeito, ainda que de curto prazo, seria minimizar o impacto da inflação, que voltou para a casa de dois dígitos, no ano passado (10,06%), e corrói o poder de compra da população.

De acordo com interlocutores do Executivo, se o corte for de 50%, a medida geraria impacto em torno de R\$ 30 bilhões aos cofres públicos, com efeito também no caixa de estados e municípios, já que metade deste imposto é distribuída aos entes subnacionais.

Uma redução de 25% no IPI geraria perda de até R\$ 20 bilhões, segundo uma fonte do governo. “O objetivo é a redução permanente de carga tributária e o aumento da produtividade da indústria, que gera mais emprego”, acrescentou.

O economista Ciro de Alencar comentou que a medida aliviaria a pressão de custos sobre a indústria, que foi bastante afetada pela crise gerada na pandemia. “Ela pode ajudar na retomada da atividade de diversos segmentos industriais e na redução da inflação. Mas são medidas de curto prazo.” (Colaborou Rosana Hessel)



**Não temos a solução. Infelizmente, não achamos o caminho. Faz um mês que estão batendo cabeça. Não há viabilidade de vir do Executivo porque vai esbarrar na legislação”**

**Ricardo Barros (PP-PR), líder do governo na Câmara**

# Combustíveis: bola fica com o Congresso

» MICHELLE PORTELA

O governo desistiu da PEC dos Combustíveis. A proposta para desonerar a cobrança de tributos federais sobre o diesel não virá do Executivo e será uma iniciativa do Congresso Nacional, de acordo com o líder do governo na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros (PP-PR). Porém, diz o parlamentar, ainda não há uma definição sobre como ou qual projeto será apresentado.

Ontem, em mensagem ao Congresso pela reabertura dos trabalhos no Legislativo, o presidente Jair Bolsonaro (PL) pediu aos parlamentares que o autorizem a zerar a tributação sobre o diesel. “Peço ajuda aos

parlamentares. Ninguém vai fazer nenhuma barbaridade, mas eu quero que me deem poderes emergencialmente para zerar o imposto do diesel para enfrentar esses desafios”, disse.

A mensagem repercutiu entre a base aliada. “(A proposta) Vai ser uma iniciativa do Legislativo, tanto faz Senado ou Câmara, mas tem que ter o texto, nós não temos o texto”, afirmou Barros após a sessão solene de reabertura do ano legislativo.

### ICMS

De acordo com o líder do governo, além de deixar a solução para o problema dos combustíveis para o Congresso, a

determinação do presidente é a de não mexer com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), arrecadado pelos estados. “Os governadores não aceitam”, declarou.

Barros ressaltou que ainda não há uma solução para superar a exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal de compensar a desoneração e as restrições da legislação de conceder o benefício em ano eleitoral.

“Temos que fazer um texto que não esbarre na Lei de Responsabilidade Fiscal nem na lei eleitoral, esse é o problema. Por isso, a iniciativa não será do Executivo”, disse Barros. “Não temos a solução. Infelizmente, não achamos o caminho. Faz um mês que estão

batendo cabeça. Não há viabilidade de vir do Executivo porque vai esbarrar na legislação.”

No Senado, tramitam várias propostas com o objetivo de conter a alta dos combustíveis. O principal deles, o projeto de Lei nº 1472/21 cria um mecanismo de estabilização dos preços. O texto já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o relator do projeto, senador Jean Paul Prates (PT-RN), por meio de uma conta compensatória o governo manteria a receita das refinarias atrelada às cotações internacionais do petróleo, mas permitir preços menores para o consumidor. (Colaborou Ingrid Guimarães)

## » Indústria cresce 3,9% em 2021

Após dois anos de quedas acumuladas, a produção industrial voltou a crescer em 2021, registrando elevação de 3,9% em relação a 2020, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O órgão ainda apontou alta de 2,9% em dezembro, após variação zero de novembro e queda nos cinco meses anteriores. Contudo, a indústria não recuperou o patamar pré-pandemia devido ao cenário de alta de juros e inflação elevada. Em dezembro, a produção ficou 0,9% abaixo do nível de fevereiro de 2020 e ainda mostrou piora ao longo de 2021.